

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

O Estado de S. Paulo

Class.:

14

Data

30/05/76

Pg.:

O conflito pela posse da terra mostra as falhas da ocupação

ESP: 30 x 5 x 76

"A atuação do INCRA, objetivando regularizar e ocupar essa área — a Amazonia ocidental — deflagrou um processo onde os conflitos são uma decorrência inevitável, porque contrariam os interesses calcados na estrutura estabelecida". A afirmação, contida em relatório do próprio instituto, sobre suas atividades na Amazonia ocidental, caracteriza o falho processo de ocupação de uma vasta e rica região, de repente transformada na última esperança de milhares de colonos que não conseguem mais terras para trabalhar, em seus locais de origem. Além disso, a cobiça dos grandes latifundiários tem contribuído para criar um clima de quase completo desentendimento. É o próprio INCRA quem reconhece, no mesmo relatório: "O trabalho de discriminação, com consequente regularização dos ocupantes e o assentamento de famílias, não tem alcançado totalmente seus objetivos, em virtude de grandes áreas de terras detidas ilegalmente".

Explorando há dezenas de anos extensas áreas, das quais extraíam a borracha, a cassiterita, a castanha e outros produtos, não foi difícil a inúmeros seringueiros requerer junto ao INCRA o direito de exploração dessas áreas e, com base nesse documento, forjar títulos definitivos irregulares. Foi o caso da colonizadora Calama S.A., pertencente ao Grupo Vitorelli, de Londrina, que há quase dez anos deslocou para a área onde se localiza o patrimônio de Vila de Rondonia, mais de 800 pequenos colonos, que venderam suas propriedades no Paraná e até hoje não conseguiram os títulos definitivos, pois a empresa não tem licença do INCRA para atuar como colonizadora.

Segundo o capitão Silvío Gonçalves de Faria, executor do Projeto Fundiário de Rondonia, a Calama adquiriu direitos de exploração sobre 1.084 hectares de terra, onde se localizavam os seringueiros de Antonio Francisco Monteiro. Posteriormente ficou definido que a empresa tinha o direito de propriedade apenas sobre 100 mil hectares, porém, por um obscuro erro de cálculo, a empresa acabou demarcando 350 mil hectares, ao longo de 160 quilômetros da BR-364. O INCRA interveio novamente e dos 100 mil hectares 67 mil já foram vendidos. Só que os colonos ainda não receberam seus títulos e com os poucos recursos próprios não têm condições de ocupar a terra. Agora o INCRA pretende regularizar os títulos desses colonos, mas o próprio capitão Silvío de Faria ainda não tem uma idéia definida de como isso se processará.

— Aqui o principal problema é a titulação das terras vendidas pela Calama — diz Clovis Arraes, morador há 13 anos em Vila de Rondonia, da qual foi o primeiro administrador. Se o INCRA não resolver logo — continua — a situação poderá se transformar num grave problema social".

— Em Vila de Rondonia não se tem garantias — diz o contador José Viana dos Santos. Aqui — diz ele — o delegado de polícia é o juiz de direito, pois tudo tem que se resolver por aqui mesmo. A contratação de um advogado, por exemplo, sai caríssimo, pois a comarca está a 400 quilômetros. E para agravar a situação, conclui, o INCRA fez muita propaganda, atraiu muita gente e agora não pode assentar".

Tanto em Vila de Rondonia, quanto nos outros núcleos que surgiram nos últimos anos ao

longo da BR-364, vivem hoje milhares de trabalhadores a espera de que o INCRA lhes dê o tão desejado pedaço de terra. Muitos deles já estão trabalhando há dois ou três anos, mas até agora não conseguiram o título ou a licença de ocupação, documento que lhes possibilita oferecer a terra como garantia real para a obtenção do crédito.

INCRA — apesar de tudo,

uma esperança

Criticado pela demora no processo de regularização dos títulos tanto nas áreas de colonização espontânea — entrada de posseiros em terras devolutas — quanto nos projetos de colonização por ele implantados, o INCRA é, apesar de tudo, a grande esperança desses milhares de colonos que continuam chegando todos os anos em busca de um pedaço de terra o mais próximo possível da rodovia Cuiabá — Porto Velho.

Com cinco projetos integrados de colonização e dois de assentamento dirigido, o Projeto Fundiário de Rondonia já localizou aproximadamente 30 mil famílias.

Localizado a 180 quilômetros de Vilhena, o Projeto Integrado Paulo de Assis Ribeiro previa há dois anos, quando foi instalado, a fixação de 3 mil famílias. Hoje essa previsão já foi elevada para 5 mil, sendo que 980 famílias já estão com seus lotes, de 100 hectares cada um, regularizados. Cada colono recebe, por doação do INCRA, um lote urbano no núcleo-sede do projeto. Porém, até agora não foi normalizado o tráfego da estrada que liga à BR-364, só transitável na época de seca. De janeiro a abril um único monomotor faz a ligação entre o projeto e Vilhena, cobrando 300 cruzeiros pela passagem. Paulo Ventura Brandão, o executor do Projeto, diz que até o final deste ano a estrada estará em condições de ser trafegada normalmente. Os prejuízos este ano, no entanto, já foram muito grandes, pois somente na área do Projeto foram colhidas quase 100 mil sacas de arroz,

que ainda não puderam ser escoadas.

Quarenta e seis prédios escolares já foram construídos ao longo da BR-364, enquanto 74 pequenos ambulatórios para atendimento de emergência se encontram em funcionamento.

No entanto, mesmo no Projeto Ouro Preto, considerado o modelo ideal de colonização integrada desenvolvida na Amazonia ocidental, as deficiências são ainda grandes: apenas 10% dos colonos já assentados estão de posse de documentos que lhes garantem financiamentos, enquanto as estradas de penetração estão em condições precaríssimas. Há casos de agricultores que têm que transportar em lombo de burro ou nas próprias costas toda a produção de sua lavoura por diversos quilômetros, até um lugar onde possa entrar um caminhão. "Sem financiamento e sem estradas — diz o agricultor João Pereira Amado, 45 anos, que veio no ano passado do Espírito Santo — a gente não consegue fazer nada. Este ano, com meus três filhos, transportamos 180 sacas de arroz nas costas por mais de 12 quilômetros, pois a chuva não deixava condução chegar até a lavoura".

— Cabe aos DERs e ao DNER fazer estradas — diz o capitão Silvío Gonçalves de Faria. "O INCRA faz o que pode, dá pelo menos um caminho para que o colono chegue até sua terra. A partir daí temos que ir fazendo devagar". Ele reconhece que é exatamente no setor de transportes onde está a maior deficiência nos projetos de colonização, mas não vê perspectivas de melhoria imediata. Quanto ao problema da titulação para efeito de financiamento, o executor do Projeto Fundiário de Rondonia, exibindo documentos, prova que na maioria das vezes são os próprios colonos que não apresentam os documentos exigidos pelo INCRA e, em certos casos, sequer comparecem nas datas marcadas para a regularização de suas situações.